

03/09/2018 - 05:00

Como salvar o capitalismo dos manuais

Por **Simon Johnson**

Por todos os EUA, estudantes começam a entrar nas universidades - e a se deparar com o "Econ 101". Trata-se do curso introdutório de economia usado nas universidades americanas, que normalmente é ensinado com uma mensagem tranquilizadora: quando se permite que os mercados funcionem, certamente haverá bons resultados - como crescimento da produtividade, salários em alta e prosperidade compartilhada em termos gerais.



Infelizmente, como meu colega coautor James Kwak destacou em seu recente livro "Economism: Bad Economics and the Rise of Inequality" (Economicismo: má economia e a ascensão da desigualdade), o "Econ 101" está tão longe de contar toda a história que, na verdade, poderia até ser considerado enganoso - pelo menos enquanto guia para promover políticas econômicas sensatas. Os mercados podem ser bons, mas também são profundamente suscetíveis a práticas abusivas, incluindo as de pessoas proeminentes do setor privado. Não se trata de uma preocupação teórica; isso é central em nossos atuais debates de política econômica, entre os quais os referentes a algumas novas e importantes leis que acabam de ser propostas nos Estados Unidos.

Um problema essencial é que os incentivos do mercado recompensam o comportamento privado de interesse próprio, sem levar em conta custos ou benefícios sociais. Geralmente negligenciamos os impactos de nossas ações nos demais, as "externalidades". Para ser justo, os livros do "Econ 101", na verdade, discutem essa questão em alguns contextos, como a poluição, sendo que é amplamente reconhecido que os danos ambientais precisam ser regulados se quisermos ter o ar puro e as águas limpas, além de limitações sobre outros poluentes.

Infelizmente, "amplamente reconhecido" não inclui o governo do presidente Donald Trump, que está empenhado em voltar atrás nas proteções ambientais em uma grande gama de atividades. O "The New York Times" contou 76 reversões em andamento. A mentalidade por trás dessa política parece saída diretamente na primeiras semanas das lições do "Econ 101": saia da frente do caminho do mercado. Como resultado, há muito mais poluição - incluindo mais emissões de gases causadores do efeito estufa - aguardando os EUA no futuro.

Também há um problema ainda mais profundo. Existe uma suposição geral no "Econ 101" de que as firmas deveriam maximizar os lucros e que isso é melhor para os acionistas e para a sociedade. Mas essa noção de "firmas" é apenas uma forma abreviada de se referir a pessoas organizadas de uma forma particular. As pessoas, não as firmas, tomam decisões. Para compreender a natureza e o impacto dessas decisões, precisamos olhar de perto os incentivos existentes que guiam os comportamentos de executivos e membros do conselho de administração das empresas.

Desde os anos 70, as pessoas que comandam as firmas foram ficando muito mais voltadas a elevar a remuneração própria, por meio de bonificações, opções de ações e similares. Houve um aumento significativo no valor das ações, que em sua maioria estão nas mãos dos 10% mais ricos nos EUA. Ao mesmo tempo, a mediana dos salários praticamente não aumentou - uma mudança radical em relação ao período imediato pós-Segunda Guerra Mundial, quando aumentos na produtividade proporcionaram ganhos salariais constantes.

Desde os anos 70, as pessoas que comandam as firmas foram ficando muito mais voltadas a elevar a remuneração própria, por meio de bonificações, opções de ações etc. Houve aumento significativo no valor das ações, que estão nas mãos dos 10% mais ricos nos EUA

Hoje, as firmas são administradas dentro do interesse dos grandes executivos e membros de conselhos. Algumas vezes, os investidores conseguem pegar uma boa carona, mas há montes de exemplos em que pessoas dentro das firmas ganham vantagem excessiva ao conceder-se remunerações generosas, ao assumir risco demasiado ou ao se empenhar em outras práticas mais tortuosas. Tornou-se risível a ideia de que os comitês de remuneração exigem desempenhos realmente impressionantes em relação a referenciais do setor.

nesse contexto que a senadora Elizabeth Warren, pelo Estado do Massachusetts, está propondo uma nova lei, a do Capitalismo Responsável. Empresas muito grandes passariam a ter que adquirir uma licença federal (em vez das atuais licenças estaduais), que exigiriam obrigações específicas - em particular, a necessidade de considerar os interesses de todos os envolvidos nas firmas, incluindo os funcionários. Para tornar isso mais significativo e aumentar a transparência geral, os funcionários comuns (em cargos não gerenciais) ganhariam alguma representação no conselho de administração. Esse tipo de esquema funciona bem na Alemanha, um país onde os trabalhadores continuam a ser tratados com respeito.

Warren também apoia a proposta originária de John Bogle, fundador do Vanguard (um fundo mútuo), para que se passe a exigir o apoio de uma grande maioria de acionistas e membros do conselho antes de uma empresa poder engajar-se em gastos políticos.

A teoria jurídica básica por trás dessas propostas é sólida e está bem articulada em carta assinada por Robert Hockett, da Cornell Law School, e outras figuras de renome. As grandes empresas gozam de direitos significativos, como a responsabilidade limitada de executivos individuais, e facilitam o agrupamento de grandes quantias de capital de pessoas que não se conhecem necessariamente (os promotores da empresa). Originalmente, o propósito era capacitar o setor privado a realizar investimentos de risco de grande escala com grande potencial de impacto, como construir estradas e canais.

Os EUA supostamente limitam as atividades das grandes empresas, com o Departamento de Justiça tomando medidas quando as firmas ganham poder de monopólio ou se comportam de maneira anticompetitiva. Em termos realistas, a aplicação da lei antitruste ficou bem mais permissiva nos últimos anos, tanto em governos republicanos quanto democratas.

Warren está propondo uma reconsideração bem mais ampla. As grandes companhias ainda podem funcionar bem, mas precisam prestar mais contas e de forma muito mais transparente. Os incentivos para executivos seriam ajustados e administrar as empresas não mais consistiria tanto em encher os próprios bolsos. Os funcionários comuns não seriam mais tão maltratados e mais pessoas poderiam até começar a voltar a acreditar no Sonho Americano, de prosperidade para todos.

A legitimidade do capitalismo - da propriedade privada e da dependência nos mecanismos de mercado - seria grandemente fortalecida com a Lei do Capitalismo Responsável. Portanto, sim, gostem ou não, isso vai entrar no exame final.

Simon Johnson é professor da Escola de Administração Sloan, do MIT. Copyright: Project Syndicate, 2018.

www.project-syndicate.org